

# **Greves policiais: um modelo de análise aplicado ao caso do Espírito Santo (2017)**

*Police Strikes: an analytical model applied to the case of Espírito Santo (2017)*

Herbert Bachett\*

*Universidade de Brasília – DF*

Haydée Caruso\*\*

*Universidade de Brasília – DF e Universidade de Coimbra – Portugal*

## **1. Introdução**

Em fevereiro de 2017, a Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) entrou em greve para demandar melhorias nas condições de trabalho e o aumento dos salários. Começava ali o “fevereiro sangrento”, a maior crise de segurança pública da história do estado. Sem a polícia nas ruas, assaltos, arrastões, furtos, saques, roubos e homicídios escalaram dramaticamente, espalhando pânico na população. Com a insegurança disseminada, comércios e serviços públicos de saúde, educação e transporte foram afetados, enquanto a população se protegeu em suas casas. Ao todo, foram mais de 200 homicídios<sup>1</sup>

---

\* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (PPGSOL/UnB). Pesquisador colaborador do Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança (Nevis/UnB), do Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC/UFF) e do Laboratório de Estudos sobre Territorialidades, Conflitos e Juventudes (JUVES/UnB).

\*\* Professora Associada do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) e investigadora colaboradora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal (CES/UC). Doutora e mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. Atua como pesquisadora no Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança (Nevis/UnB), no Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC/UFF) e coordena o Laboratório de Estudos sobre Territorialidades, Conflitos e Juventudes (JUVES/UnB).

1 Não há consenso sobre o número. O Sindipol-ES contabilizou 215 mortes. O Ministério Público, 210. Já a SSP-ES indicou 224 homicídios durante o evento.

e um prejuízo de R\$ 2,4 bilhões à economia do estado, em um evento que durou 22 dias.

A democracia brasileira convive com greves policiais militares (PMs) desde 1997, ano do primeiro ciclo de protestos da categoria e que atingiu vários estados<sup>2</sup>. Desde então, dezenas de paralisações de policiais militares ocorreram em praticamente todas as unidades federativas. O número exato é difícil de precisar porque elas variam em escala e impacto, mas, segundo dados do DIEESE, foram 52 greves entre 1997 e 2017.

Apesar da recorrência desses eventos e de seus efeitos profundos sobre a ordem social, a literatura brasileira sobre greves policiais ainda é incipiente. Grande parte dela se concentra em estudos de caso, muitos dos quais derivados de teses e dissertações. Embora essas pesquisas sejam fundamentais para a compreensão desses eventos em seus contextos específicos, a predominância desse formato limita a construção de um arcabouço teórico-metodológico coeso e comparativo sobre o tema. Além disso, observa-se uma escassez de publicações em periódicos com revisão por pares, o que compromete a circulação e o reconhecimento acadêmico desses trabalhos. Essa lacuna dificulta o diálogo entre os estudos e a consolidação de um campo de pesquisa mais estruturado, com maior rigor metodológico e alcance nacional e internacional.

Este artigo também realiza um estudo de caso, sobre a greve da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), deflagrada em 2017. O objetivo é compreender os sentidos e as formas de ação coletiva dos policiais militares, bem como as disputas políticas e efeitos criminogênicos que costumam acompanhar esse tipo de mobilização. Nos interessa analisar como os grevistas elaboram e empreendem suas táticas, tanto no plano prático – voltado à sustentação da paralisação e à barganha com o governo – quanto no plano simbólico – direcionado à legitimação da greve perante a população. Buscamos ainda compreender os efeitos da ausência de policiamento sobre a dinâmica urbana, a criminalidade e o cotidiano da população. Para dar conta dessa complexidade e preencher a lacuna apontada, propomos um modelo de análise temporal e multidimensional que permite investigar o desenvolvimento de greves policiais em diferentes fases, bem como articular suas dimensões políticas, sociais, simbólicas e institucionais.

<sup>2</sup> ALMEIDA, 2010; 2011.

A partir de reportagens e entrevistas com moradores da Grande Vitória, pretendemos contribuir para a construção de uma agenda de pesquisas sobre as greves policiais, destacando a centralidade dessas táticas enquanto forma de agência em contextos de restrição legal e tensão política – nos quais as ações grevistas desafiam diretamente a autoridade estatal, muitas vezes produzindo efeitos negativos sobre a estabilidade social e institucional.

O artigo está organizado da seguinte forma: inicialmente, duas seções são dedicadas à delimitação do objeto e à formulação do problema de pesquisa e do modelo de análise. Em seguida, a discussão é estruturada a partir do modelo temporal da greve, dividida em quatro seções: (i) decisão e deflagração da greve; (ii) colapso dos modos formais e informais de controle social; (iii) substituição do policiamento; e (iv) resolução da greve.

## 2. Qual greve e qual polícia?

A literatura sobre greves policiais concentra-se nos movimentos protagonizados por agentes responsáveis pelo patrulhamento urbano e atendimento de emergências. Essa ênfase decorre do fato de que esses policiais não se enquadram na categoria de trabalhadores comuns: são agentes armados pelo Estado que, ao suspenderem suas atividades, utilizam seu poder coercitivo e papel na manutenção da ordem social como instrumentos de pressão por suas demandas. Isso explica por que parte significativa dos estudos prioriza a análise das táticas de barganha e dos impactos da interrupção das patrulhas e atendimentos sobre os índices de criminalidade.

Também não se trata de qualquer greve. O foco está em casos de paralisações totais dos serviços de patrulhamento e atendimento emergencial, já que paralisações parciais, especialmente com a manutenção dos atendimentos, tendem a não produzir os mesmos efeitos que uma paralisação total<sup>3</sup>. Neste artigo, seguimos a literatura internacional e empregamos o termo *greves policiais* (*police strikes*) para designar esse tipo específico de paralisação.

O sistema policial brasileiro se caracteriza pela separação entre as atividades ostensivas e investigativas de policiamento, de modo que cada unidade da federação possui uma polícia ostensiva e uma judiciária, subordinadas aos governadores. Embora essa fronteira seja mais cinzenta do que parece, as Polícias Militares são responsáveis pelo patrulhamento e o atendimento

3 PROENÇA JR.; MUNIZ, 2006.

de emergências, enquanto as Polícias Civis investigam os crimes e atendem o público nas delegacias. Há ainda outras polícias, mas o ponto aqui é que os militares concentram as atividades de policiamento “ostensivo”. Por isso, as greves policiais – no sentido aqui empregado – se referem exclusivamente aos movimentos de policiais militares no Brasil, e não das demais polícias.

As greves policiais são proibidas ou extremamente reguladas mundo afora, além de condenadas por oficiais, comandantes, governantes e pela população. No Brasil, a Constituição Federal (1988) e recorrentes decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) proíbem greves de servidores públicos que atuam diretamente na segurança pública. Aos militares, além da proibição de constituir sindicatos<sup>4</sup> – o que é permitido aos civis –, somam-se os crimes previstos no Código Penal Militar (1969), que qualifica uma greve como motim, passível de pena em regime fechado<sup>5</sup>. Como efeito, esses eventos geralmente revelam duas crises políticas graves: interna à corporação, de insubordinação de militares perante seus superiores; e externa, de descon-trole dos governadores sobre seu principal meio de força – e de governo.

No entanto, as greves de policiais são relativamente comuns no país. Para driblar a ilegalidade, os grevistas utilizam diversas táticas, sendo uma delas importante para o contexto brasileiro: a participação de familiares mulheres. Geralmente bloqueiam os portões dos batalhões enquanto os policiais se aquartelam, “impedidos” de trabalhar, e passam a demandar a agenda dos policiais na mídia e nas negociações com o governo<sup>6</sup>. Essas manifestações buscam contornar as punições aos amotinados e angariar a simpatia da população com um movimento de familiares que sofrem com as condições e salários dos maridos e parentes policiais.

---

4 A constituição brasileira permite a “associação para fins lícitos” dos militares. Com isso, inúmeras associações formais e informais de policiais militares estão espalhadas pelo país. Elas assumem uma posição limitada, em grande medida extrajudicial, já que não conseguem ultrapassar o papel recreativo e social definido legalmente. Durante as greves policiais, no entanto, essas associações ganham destaque, podendo ser um agente importante na barganha com o governo e na solução da greve.

5 Adotamos preferencialmente o termo “greve policial” por dois motivos: primeiro, para seguir a terminologia consagrada internacionalmente (police strike); segundo, embora nosso objetivo não seja discutir a legalidade ou o direito de greve dos policiais militares, optamos por “greve” como forma de reconhecer que os policiais são uma categoria de trabalhadores que exercem coletivamente reivindicações laborais. Trata-se, portanto, de uma escolha pela terminologia sociológica em detrimento da jurídica. Nesse sentido, greves ainda podem ser legais ou ilegais, motins ou não.

6 STADNIKY, 2006; ALMEIDA, 2010; BACHETT, 2021; JAUREGUI, 2022, p. 282.

Na próxima seção, apresentamos uma breve revisão da literatura sobre greves policiais e, a partir dela, propomos um modelo temporal e multidimensional de análise, que é aplicado posteriormente ao caso da Greve da PMES (2017).

### 3. Modelo de análise temporal e multidimensional

As greves policiais foram um tema importante no norte global durante o século XX, especialmente em dois períodos: no início do século, no contexto de ascensão do sindicalismo de funcionários públicos – entre eles policiais – nas democracias ocidentais, sobretudo nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha. Nesse contexto, destacam-se as análises sobre as greves policiais de Boston<sup>7</sup> e Liverpool<sup>8</sup>, em 1919; e de Melbourne, em 1923<sup>9</sup>. O outro período ocorreu na segunda metade do século, entre as décadas de 1960 e 1970. O contexto era de derrocada do estado de bem-estar social e ascensão do neoliberalismo, que levou ao ressurgimento de lutas de trabalhadores organizados, com dezenas de greves policiais nos Estados Unidos e na Europa<sup>10</sup>. A partir do século XXI, pouco foi produzido sobre o tema.

Hoje, o Brasil é um dos países que mais produz sobre as greves policiais, porque também é um dos países onde elas ainda ocorrem com certa frequência, enquanto o norte global adotou soluções para evitá-las<sup>11</sup>. Com efeito, é possível encontrar um número considerável de teses e dissertações sobre greves policiais<sup>12</sup>. No entanto, o caráter pontual dessas análises e a escassez de publicações em periódicos de destaque indicam que o tema ainda não é alvo de uma agenda consolidada de pesquisas.

A bibliografia nacional e internacional aponta que as causas, dinâmicas e consequências das greves policiais são plurais e multifatoriais, variando de acordo com o contexto político e institucional onde ocorrem. Como destaca Meyer<sup>13</sup>, cada greve policial possui sua “história natural”, que precisa ser

7 WHITE, 1988; SLATER, 1996.

8 BEAN, 1980.

9 BROWN; HALDANE, 1998.

10 MEYER, 1976; GIACOPASSI; SPARGER, 1981; PFUHL, 1983.

11 MONET, 2006.

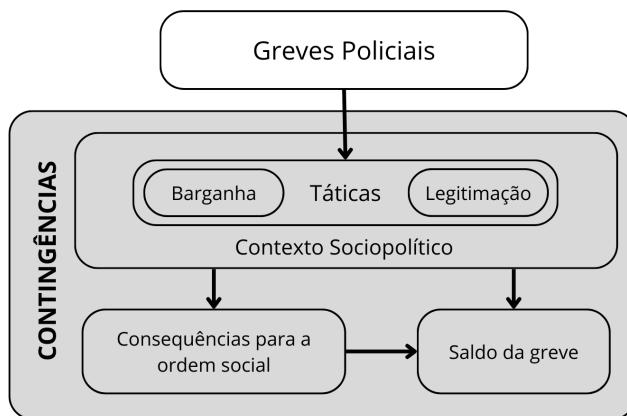
12 MIRANDA, 2006; ALMEIDA, 2010; ALVES, 2013; ROCHA, 2019; BENZAQUEN, 2020; BACHETT, 2021.

13 1976.

compreendida sob seu contexto específico. Assim, embora haja semelhanças nas reivindicações ao redor do mundo – como melhores salários, condições de trabalho e reconhecimento de direitos –, as táticas adotadas, os desdobramentos políticos e o impacto social dessas paralisações são determinados pelo contexto imediato de onde ocorrem<sup>14</sup>. Essa perspectiva reforça a importância de análises situadas, capazes de considerar os elementos locais e históricos que configuram as greves policiais.

Como destacado anteriormente, o modelo proposto aborda duas perspectivas analíticas – que se complementam: as táticas empreendidas (modelo multidimensional); e a dinâmica das greves policiais no tempo (modelo temporal).

Figura 1 – Modelo de análise das táticas grevistas



Fonte: elaborado pelos autores.

A Figura 1, acima, apresenta o modelo de análise das táticas grevistas. O conceito de tática, formulado por Michel de Certeau<sup>15</sup>, oferece uma chave interpretativa importante para compreender as ações dos policiais em greve, geralmente alheias a canais institucionais e legais de barganha e legitimação. Segundo o autor, a tática é o modo de agir daqueles que não dispõem de um “lugar próprio” – ou seja, que não controlam o espaço onde atuam – e que, por isso, precisam movimentar-se nas brechas,

14 WHITE, 1988.

15 1994.

improvisando com os recursos disponíveis no tempo oportuno. Embora os policiais militares ocupem formalmente uma posição estatal, sua condição de subalternidade institucional – marcada por restrições legais ao direito de greve, baixos salários e autonomia política limitada – os coloca numa situação ambígua. Nesse contexto, suas ações durante greves muitas vezes assumem o caráter tático: ocupações de batalhões, operações padrão/tartaruga, secamento de pneus de viaturas, participação de familiares em manifestações ou até o patrulhamento seletivo de bairros são exemplos de práticas que reconfiguram temporariamente o uso da cidade e da própria função policial, constituindo formas criativas e contingentes de pressão sobre o Estado. Longe de simples ilegalidades, tais práticas revelam modos táticos de reivindicação, que tensionam as fronteiras entre legalidade, lealdade institucional e ação coletiva.

As táticas adotadas por policiais grevistas operam, simultaneamente, em dois sentidos distintos e complementares: o prático (barganha) e o simbólico (legitimização). No âmbito prático estão as ações destinadas a reposicionar os grevistas em uma condição de relativa vantagem na correlação de forças com o governo, criando condições que favoreçam a abertura de diálogo, a negociação de demandas e a própria manutenção da paralisação ao longo do tempo. Como veremos na discussão, a mobilização de familiares nessas manifestações é um exemplo desse tipo de tática, pois visa tanto abrir um canal de negociação com o governo, quanto evitar que os batalhões ocupados sejam invadidos por outras forças Estado.

No plano simbólico, as táticas se expressam em ações discursivas voltadas à legitimização do movimento perante a população e o próprio Estado. Por meio de narrativas que associam a greve à luta por dignidade, à defesa da família ou à valorização do trabalho policial, os grevistas buscam reelaborar a imagem pública da paralisação, deslocando-a do campo da ilegalidade para o da justiça moral. Nessa dimensão, os grevistas se apresentam não como um agente de insubordinação, mas como alguém que resiste em nome de valores universais. Ao combinar essas duas dimensões, os policiais produzem um jogo tático complexo, no qual articulam ações materiais e performances discursivas que desafiam os limites legais e institucionais em prol das justificativas morais da ação grevista.

Como exposto no modelo, essas táticas são produzidas e só podem ser compreendidas no interior do contexto social, político e cultural em que a greve policial ocorre. É nesse contexto que se definem os recursos disponíveis

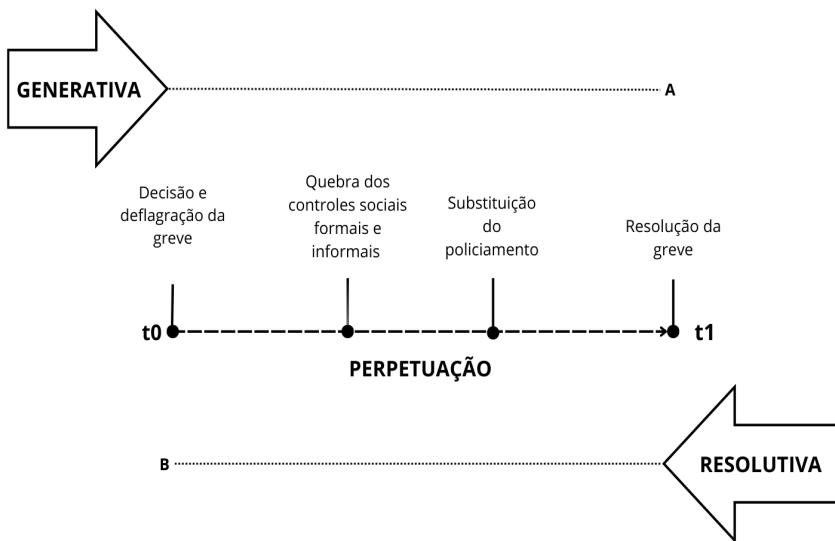
e as possibilidades de ação e ressignificação do papel do policial em greve. As táticas, portanto, não são apenas respostas imediatas, mas elementos decisivos na condução e nos desdobramentos da paralisação: influenciam os efeitos da paralisação sobre a ordem social, o aumento da criminalidade ou a percepção pública de insegurança e os próprios resultados obtidos pelos grevistas (saldo da greve). Assim, o contexto não apenas molda as táticas, mas também condiciona sua eficácia e seus efeitos políticos.

No caso brasileiro, a compreensão das greves policiais exige atenção redobrada a essas dinâmicas contextuais e contingenciais, uma vez que o modelo institucional das polícias militares – subordinadas aos governadores, regidas por códigos disciplinares próprios e formalmente proibidas de se sindicalizar e fazer greve – confere um caráter profundamente ambíguo aos eventos. Ao mesmo tempo em que os policiais se mobilizam por pautas salariais e por reconhecimento profissional, sua condição jurídica os coloca na ilegalidade e os expõe a punições administrativas e penais. Essa tensão entre legalidade e subversão institucional molda o repertório tático dos grevistas. Além disso, a dimensão simbólica assume centralidade, com os grevistas se apresentando como pais de família, servidores abandonados pelo Estado, heróis negligenciados pela sociedade, entre outras narrativas que visam sensibilizar a opinião pública e pressionar os governos sem romper completamente com a imagem de autoridade. Essa complexidade revela como o caso brasileiro combina elementos típicos das greves policiais no Sul global com uma configuração institucional que tensiona permanentemente o papel da polícia militarizada, especialmente praças, em uma democracia<sup>16</sup>.

---

16 JAUREGUI, 2022; MUNIZ, 2001.

Figura 2 – Modelo temporal das greves policiais



Fonte: Adaptação de Meyer<sup>17</sup>.

O modelo temporal complementa o nosso modelo multidimensional e nos ajuda a compreender a dinâmica temporal do evento, com início, meio e fim. A ação que inaugura o evento é a decisão/deflagração da greve. Na literatura especializada, os policiais paralisam seu trabalho por três motivos, que podem ser concomitantes: i. reconhecimento de direitos de associação ou sindicalização para a representação da classe em negociações; ii. aumento de salários, benefícios e/ou condições de trabalho; iii. questões políticas e determinação de deveres<sup>18</sup>. No Brasil, todas as greves de policiais militares possuíram uma mesma motivação fundamental: aumento de salários, benefícios e melhoria nas condições de trabalho.

Uma greve é resultado da escolha de pessoas por um curso de ação dentre outras alternativas<sup>19</sup>. Os policiais ou seus representantes consideram a paralisação a alternativa mais eficaz para não continuar trabalhando em uma situação desfavorável ou sob condições que consideram ilegítimas,

17 1975, p. 205; 1976, p. 553.

18 MEYER, 1976.

19 MEYER, 1975, p. 193.

impostas por seus superiores ou por aqueles que formulam as políticas de policiamento. Uma vez deflagrada, há o efeito de mobilização e justificação das ações tomadas em vista do objetivo almejado: a perpetuação e o sucesso da greve. As forças generativas e resolutivas representam essa disputa e a efetividade das ações e reações dos agentes implicados – grevistas e governo. Conforme os policiais se movem até o ponto futuro A e/ou os governantes em direção ao ponto futuro B, a greve pode se prolongar (A) ou ser解决 (B)<sup>20</sup>. Ou seja, diz respeito às forças a favor (generativas) e contra (resolutivas) à greve policial no que concerne à sua perpetuação no tempo, que envolve basicamente quatro estágios: i. decisão/deflagração da greve; ii. quebra dos modos de controle social formais e informais; iii. substituição do policiamento; iv. resolução da greve. A depender do grau de recursos mobilizados por ambas as forças e do sucesso das ações táticas durante o evento, a greve avança em seus estágios temporais. De modo que se a força resolutiva dispuser de recursos estratégicos suficientes, pode resolver a greve antes da quebra dos modos de controle social ou da necessidade de substituição do policiamento, por exemplo.

A perpetuação da greve se inicia assim que os policiais paralisam as suas atividades e termina no momento em que a polícia volta a atuar completamente. Uma vez instaurada, novas ações se desenrolam sob as bases traçadas inicialmente pelos grevistas, reformuladas constantemente com o avanço temporal do evento. Como mostra a Figura 1, as ações estratégicas giram em torno de dois eixos discursivos: i. de barganha política – para alcançar o atendimento das demandas; ii. de legitimação das demandas e do movimento em si – para alcançar apoio. Nesse sentido, enquanto a barganha é um meio para atingir um fim, a legitimação do movimento é, ao mesmo tempo, meio e fim das ações.

Tanto para a força generativa como para a resolutiva, a estrutura socioeconômica e o contexto interno e externo à polícia e à greve são preponderantes. No entanto, contingências imprevisíveis surgem no transcorrer do evento, tensionando o espírito de grupo dos grevistas, que se expressa principalmente nos valores, consensos, coesão e táticas empregadas. Já para a força resolutiva, está em jogo a capacidade de governar, encontrar uma solução coerente para a greve e, no limite, retomar o controle da polícia e da ordem social. Tal capacidade se expressa nas diversas formas de tentar

20 MEYER, 1975.

encerrar a greve, como i. ações judiciais ou ameaças – visando a capitulação ou cooptação; ii. mudança nos valores ou perspectivas dos grevistas – visando acordo entre as partes; iii. apelo a valores superiores, como segurança, disciplina ou lei e ordem.

Dentre as contingências, as consequências para a segurança pública, a economia e a confiança nas instituições merecem a atenção. A ausência de policiamento pode favorecer o aumento da criminalidade, especialmente homicídios e “crimes de oportunidade”<sup>21</sup>. Paralelamente, a sensação de segurança se intensifica entre a população, gerando medo e pânico social, principalmente entre ricos e a classe média. Os pobres, de certa forma, já convivem com a violência urbana e policial, antes, durante e depois das greves policiais – o que não impede o recrudescimento dessa situação com a quebra dos controles sociais formais e informais durante a greve<sup>22</sup>. O impacto econômico também é considerável, com prejuízos ao comércio devidos à falta de segurança, enquanto serviços públicos de educação, saúde e transporte também podem ser afetados. Além disso, a confiança nas instituições públicas é imediatamente impactada, principalmente sobre a polícia e sobre o governo local, agravando ainda mais o clima de instabilidade política e social. A gravidade desses efeitos varia conforme a duração e a extensão da paralisação, podendo ter impactos duradouros. De qualquer modo, as contingências são essenciais para a análise do desenvolvimento do evento e da influência de fatores endógenos e exógenos ao movimento grevista.

#### 4. Metodologia

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, com base na análise de conteúdo de notícias veiculadas em mídias digitais antes, durante e depois do período da greve policial do Espírito Santo, ocorrida em fevereiro de 2017. O objetivo é reconstruir a “história natural”<sup>23</sup> do evento, visando compreender as disputas e discursos mobilizados pelos agentes por meio de um modelo de análise temporal e multidimensional das greves policiais, construído a partir da bibliografia nacional e internacional sobre o tema.

---

21 FELSON; CLARKE, 1998.

22 BACHETT, 2021.

23 MEYER, 1976.

A seleção das fontes se concentrou em portais de notícias de abrangência local e nacional, priorizando veículos com cobertura contínua do caso. As matérias foram acessadas por meio de buscas direcionadas nos mecanismos de pesquisa dos portais, utilizando palavras-chave como “greve da polícia”, “greve branca”, “Espírito Santo”, “2017”, entre outras. Não foi estabelecido um recorte temporal para a coleta, porque notícias anteriores à greve são importantes para traçar o perfil de determinados agentes e o contexto sócio-histórico do evento. Do mesmo modo, notícias posteriores são importantes para compreender os desdobramentos do evento a curto e médio prazo, captar novas informações que podem alterar ou consolidar interpretações sobre o evento e identificar a narrativa midiática consolidada pelo tempo. Desse modo, foram captadas e analisadas notícias entre os anos de 1997 e 2024, embora grande parte delas tenham sido publicadas durante a greve.

Diante de alguns problemas encontrados nos mecanismos de pesquisa, foi adotada uma estratégia complementar de rastreamento hipertextual. Essa técnica consistiu no levantamento dos links incorporados nas próprias matérias jornalísticas, que remetiam a conteúdos anteriores ou relacionados, o que permitiu ampliar o corpus documental a partir das conexões estabelecidas pelos próprios veículos de comunicação – o que não está livre de vieses. Esse procedimento foi fundamental para reconstruir a cronologia do evento, identificar a evolução da cobertura midiática e localizar discursos de diferentes momentos da greve.

Na discussão, decidiu-se seguir os parâmetros conceituais do modelo de análise temporal, estruturando a análise em uma narrativa cronológica. Algumas informações e inferências parciais da análise documental foram contrapostas a entrevistas com moradores/as da Região Metropolitana de Vitória – Espírito Santo, com o intuito de confrontar a narrativa midiática com percepções locais sobre o evento. As entrevistas seguiram roteiro semiestruturado e foram tratadas conforme os princípios éticos da pesquisa em ciências humanas. Elas fazem parte do acervo de um dos autores, que analisou o poder simbólico da polícia sob o pano de fundo dessa greve em seu mestrado<sup>24</sup>.

Em resumo, a abordagem adotada busca articular a análise da narrativa midiática com as dimensões sociais e simbólicas da greve. Ao confrontar os discursos veiculados pela mídia com as percepções locais captadas nas entrevistas, pretende-se compreender a greve como um evento situado na interseção entre ilegalidade, reivindicação e efeitos para a ordem pública.

---

24 BACHETT, 2021.

## 5. Decisão e deflagração da greve: mulheres no front

A decisão de empreender uma greve surge de inquietações entre os membros da organização policial, que pode ser motivada por problemas internos ou externos à corporação. No caso do Espírito Santo, havia uma insatisfação generalizada entre policiais militares e civis com o governo. Eram anos sem reajuste e o poder de compra dos salários havia se deteriorado pela inflação. O Clube dos Oficiais da PM calculou, desde 2007, uma perda de 43% nos salários, além da inflação acumulada de 22,5% desde 2014. As viaturas e os equipamentos estavam sucateados, a ponto de os policiais revezarem o uso dos coletes balísticos. Para piorar, não havia qualquer possibilidade de diálogo. A política econômica de Paulo Hartung (PMDB) era rigorosa e ortodoxa, sem margem para negociações ou flexibilizações.

A paralisação propriamente dita se iniciou por ação de agentes exteriores às tropas: as famílias dos policiais – o que não é novidade: a participação de familiares femininas nas greves de policiais é uma característica desses eventos no Brasil, presente desde o primeiro ciclo de greves, em 1997. Naquele contexto, foram importantes por reforçar as passeatas e manifestações públicas dos policiais. Porém, em 2001 elas parecem assumir um novo papel de protagonismo nos movimentos. No Tocantins, policiais e suas famílias ocuparam os 11 quartéis da PM, ficando sob o controle de todas as viaturas, armamentos e munições do estado, em um cenário que quase acabou em confronto com a Força Nacional<sup>25</sup>. No Paraná, foram as parentes de policiais que fecharam os batalhões e impediram a saída dos homens ao trabalho<sup>26</sup>, no que parece ser o primeiro emprego efetivo dessa tática grevista.

O início de uma paralisação depende das oportunidades e restrições enfrentadas pelos agentes<sup>27</sup>. No caso dos policiais, é comum que as greves aconteçam antes de algum evento em que o policiamento público é importante. O mais recorrente é o carnaval. Não à toa, muitas das greves policiais acontecem nos primeiros meses do ano, especialmente em fevereiro, como foi o caso do Espírito Santo. No entanto, outra oportunidade foi explorada pelos grevistas neste caso. O movimento se iniciou no mesmo dia em que o governador, Paulo Hartung (PMDB), se internava para uma cirurgia em

25 GONÇALVES, 2001.

26 STADNIKY, 2006.

27 TARROW, 2009; ARAÚJO; LIMA, 2011.

São Paulo-SP. A proximidade do carnaval e o afastamento do governador formaram a janela de oportunidade para a instauração do movimento. Portanto, foram três os elementos-chave para a instauração da greve policial no Espírito Santo em 2017: a mobilização das mulheres; a proximidade com o carnaval; e o vácuo na cadeira do poder executivo estadual.

Na manhã do dia 3 de fevereiro, uma sexta-feira, oito esposas de policiais militares fecharam o portão de um Destacamento da PM no município de Serra, na Região Metropolitana de Vitória<sup>28</sup>. Empunhando cartazes e impedindo a saída das viaturas, pediam reajuste salarial e o pagamento de auxílio alimentação, periculosidade, insalubridade e adicional noturno. Também denunciavam o sucateamento da frota e a falta de perspectiva na carreira. Nesse primeiro dia, a mídia deu pouca atenção, embora o policiamento da cidade, a mais violenta do estado, já estivesse comprometido.

No dia seguinte, o movimento havia se alastrado. Como narrou uma porta-voz das manifestantes, o protesto foi organizado através das redes sociais: “Assim que soube, me passaram o link de um grupo no Facebook com todas as mulheres de policiais militares do estado e me colocaram em um grupo de WhatsApp. Eu logo comecei a me mobilizar e formei o grupo que iria para o batalhão do meu marido”<sup>29</sup>. Logo pela manhã os portões dos batalhões da Grande Vitória e de diversos municípios do interior estavam impedidos por familiares de PMs. O secretário de Segurança Pública, André Garcia, veio a público tranquilizar a população: “não há aumento de ocorrências. [...] Estamos com o 190 funcionando normalmente”<sup>30</sup>. Ainda no dia 4, ele se reuniu com as mulheres na sede da Secretaria de Segurança Pública (SSP), que saíram de lá insatisfeitas: “tentaram empurrar a gente com a barriga. Todos os batalhões vão continuar fechados”. Uma nova negociação havia sido marcada para a segunda-feira (6)<sup>31</sup>. Até lá, todos os holofotes estavam nas mulheres e nos desdobramentos da ausência da PM das ruas.

O discurso delas girava em torno do sofrimento das famílias com a situação precária dos policiais. Uma noiva de policial, aos prantos, declarou à mídia: “eu costuro a farda do meu namorado. Ganhando R\$ 900, como você vai fazer planos, pensar em casar, ter família?”. Outra, declarou: “há anos guardamos isso dentro de casa, fica do portão para dentro. Agora, elas explodiram [...].”

28 MACHADO, 2017.

29 COSTA, 2017.

30 GUIDONI, 2017.

31 PROTESTOS [...], 2017.

Ao mesmo tempo, ecoavam as demandas das associações de policiais do estado: “nossos policiais estão passando fome. Temos o pior salário do Brasil. Queremos sentar e traçar uma possibilidade de melhoria salarial”.

Figura 1 – Mulheres em frente ao batalhão de Serra, na Grande Vitória.



Fonte: BBC Brasil<sup>32</sup>.

Figura 2 – Mulheres protestam com panelas e buzinas em frente ao Comando Geral, em Vitória.



Fonte: Gilson Barbosa/UOL<sup>33</sup>

32 COSTA, 2017..

33 BIANCHI, 2017a.

Elas se revezavam nas tendas montadas nos portões, onde havia comida, água, frutas e carregadores de celular. Atraindo a atenção da população, havia reações de apoio, assim como de censura<sup>34</sup>. Sem se identificar pelo temor de represálias, usavam representações de gênero associadas à ideia de família para se identificar publicamente. Uma líder, quando perguntada o seu nome, respondeu: “meu nome é Graziela Família PMES. Esse é o meu sobrenome agora”. Outra, declarou: “somos todas *Maria* hoje” – expressão que pode remeter a múltiplas imagens, vozes e sentidos, como sororidade, engajamento em causas coletivas ou mesmo associação à figura religiosa da mãe de Cristo.

Idosas também somaram ao movimento. Uma delas, de 67 anos, chegou ao acampamento após saber do movimento pelo WhatsApp: “Essas coisas hoje são como rastilho de pólvora. Não tem como nos controlarem”. Irmã, sogra e tia de PMs, ela disse estar ali pela *família*: “Estamos todos cansados, são sete anos sem aumento”. Quando confrontadas com a violência nas ruas, as manifestantes minimizavam e desacreditavam dos dados: “não é real, o estado sempre foi violento”.

As mulheres são essenciais para a paralisação. São elas as protagonistas em nome dos maridos, “silenciados” pela subordinação militar e ilegalidade do movimento. A pena para participação em motim pode chegar a dois anos de prisão, caso não haja outros agravantes. Por isso, declaravam que a mobilização não contava com PMs. Do mesmo modo, os policiais diziam que as mulheres estavam ali sem seu consentimento. Um cabo declarou que sua própria esposa “ordenou” que ele não saísse do quartel: “se não, não entro em casa”<sup>35</sup>. Já as associações de policiais apoiavam, ao mesmo tempo em que se afastavam de qualquer responsabilidade: «nasceram espontaneamente de esposas, familiares e amigos dos PMs. As associações de classe não são irresponsáveis, mas nos solidarizamos com essas mulheres».

Trata-se de uma tática performativa e discursiva. Se colocam nos portões e constroem o discurso de confronto com os policiais para legitimar a greve enquanto movimento civil. Ao controlar a entrada e saída dos policiais, elas se postulavam como responsáveis pelo aquartelamento – desviando o foco dos policiais, que se justificavam dizendo que não poderiam usar de violência contra suas próprias famílias. O discurso também procurava construir

34 Ibid.

35 LOPES, 2017.

uma imagem que afastasse o estigma de sublevação violenta, explícito por se tratar de militares amotinados. A mensagem era clara: trata-se de um movimento das *famílias* dos militares – desamparadas e desassistidas pela situação laboral dos parentes –, não de militares. Para isso, a figura feminina é essencial para desmasculinizar e, assim, humanizar o cenário.

Esse papel humanizador se revela em outro motivo, de caráter prático, para a participação das famílias: evitar uma invasão ou o confronto com outras forças armadas nos batalhões. Foi este o cenário no Tocantins, em 2001, quando famílias permaneceram nos quartéis junto dos amotinados, retardando ou mesmo evitando uma possível invasão da Força Nacional<sup>36</sup>. No Ceará, em 2012, as mulheres e crianças foram importantes para o bloqueio dos portões e proteção de possíveis invasões. Em 2020, a mobilização de familiares foi rapidamente dispersada pelo Batalhão de Choque. A repressão não impediu a greve, mas expôs os policiais, resultando no emprego de outras táticas de proteção como o uso de balaclavas e o esvaziamento dos pneus das viaturas, usadas como barricadas nos acessos aos batalhões<sup>37</sup>. Em Sobral, por exemplo, o senador Cid Gomes foi baleado ao tentar invadir um batalhão com uma retroescavadeira<sup>38</sup>. Já em Caucaia, onde ocorreram protestos de familiares, não houve confronto<sup>39</sup>.

O caso do Espírito Santo reforça a hipótese de que a participação das mulheres no front evita confrontos, funcionando como uma instância de diálogo e salvaguarda para os policiais. No âmbito prático, as famílias proveem proteção, abrem espaço para negociar com o governo e se comunicar com a população. No âmbito simbólico, a participação feminina ajuda a legitimar o movimento perante a opinião pública, dando maior profundidade aos discursos e capacidade de atrair apoio às demandas – principalmente por meio da apropriação da mídia como lócus privilegiado da ação política. As mulheres souberam cativar a audiência. Matérias especiais em veículos como UOL<sup>40</sup>, Veja<sup>41</sup>, Folha<sup>42</sup> e BBC<sup>43</sup> foram veiculadas enfatizando suas condições

36 SILVA, 2001.

37 GRUPOS [...], 2020.

38 TEIXEIRA; GLÁUCIA, 2020.

39 ALMEIDA, 2020.

40 BIANCHI, 2017a.

41 VIEIRA, 2017.

42 LINHARES, 2017a.

43 COSTA, 2017.

e demandas – todas assinadas por jornalistas mulheres. Mesmo sob o inevitável contraste com os números da criminalidade, o tom de sensibilização é nítido. Porém, também foram duramente criticadas, principalmente nas mídias locais e pela população. De qualquer forma, nas Tvs e jornais elas tornaram públicas suas demandas, defenderam o movimento das críticas da população e da repressão do governo, narrando o *drama* vivido pelos policiais e suas famílias.

Na noite do domingo (5/2), o governo apostou no desgaste do movimento e fechou os canais de diálogo, assim como cancelou a negociação do dia 6. O secretário de segurança pública impetrou uma ação judicial pedindo a ilegalidade do movimento e anunciou que só voltaria a dialogar se a polícia voltasse às ruas<sup>44</sup>. As manifestantes insistiam que só deixariam os portões dos batalhões quando fossem recebidas pelo governador. Com a greve deflagrada, o impasse entre as forças generativas e resolutivas estava posto. Os capixabas iniciariam a semana sem saber o que esperar da polícia, do governo e da insegurança que espreitava. A única certeza era que o evento se prolongaria no tempo.

## 6. Quebra dos controles formal e informal

Até o domingo, o cotidiano das classes médias e ricas continuava o mesmo. Não houve nenhuma alteração drástica na ordem social para além de alguns casos de assaltos<sup>45</sup>, arrombamentos<sup>46</sup> e uma base da polícia militar incendiada<sup>47</sup>. Porém, nas periferias a situação começou a se agravar ainda na madrugada. O caso mais crítico foi em Cariacica, onde a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) fechou após uma madrugada movimentada pelo atendimento de vítimas de violência (3 baleados e 2 esfaqueados) e o roubo de uma televisão da unidade. A situação só se tranquilizou quando a Polícia Federal interveio<sup>48</sup>.

Segundo dados do Sindicato dos Policiais Civis do Espírito Santo (Sindi-pol-ES), no sábado ocorreram 8 homicídios, e no domingo o número saltou

44 GOVERNO [...], 2017.

45 RIBEIRO, 2017a.

46 RIBEIRO, 2017b.

47 WEVERTON, 2017.

48 SILVA, 2017.

para 17 – em um estado cuja média diária era de 6 homicídios. Moradores da periferia de Vitória relataram que, na noite de domingo, um grupo de extermínio realizou execuções em vários territórios. Essas ações, que continuaram durante o evento, levantaram suspeitas sobre uma possível relação com policiais ligados à greve<sup>49</sup>.

As classes médias e ricas só sentiram os efeitos da crise na segunda-feira (6/2). Neste único dia foram registrados 43 homicídios no estado, metade dos homicídios esperados para todo o mês. A delegacia de furtos e roubos de veículos registrou 200 ocorrências em 24h<sup>50</sup>. O Departamento de Medicina Legal (DML) ficou superlotado, com corpos no chão dos corredores<sup>51</sup>. Àquela altura o movimento já estava presente em praticamente todos os batalhões do estado e o policiamento nas ruas era “perto de zero”<sup>52</sup>. Desde a madrugada, lojas foram saqueadas em vários municípios<sup>53</sup>. Pela manhã, vídeos de saques, roubos, trocas de tiros e homicídios começaram a circular nas redes sociais<sup>54</sup>. Na capital, shoppings, bancos e repartições públicas fecharam e as ruas ficaram vazias. Dois ônibus foram incendiados<sup>55</sup> e um roubado de dentro do terminal de Carapina, em Serra<sup>56</sup>, o que levou à paralisação do transporte público. A volta do ano letivo das escolas teve que ser cancelada<sup>57</sup> e Unidades de Saúde não abriram<sup>58</sup>.

Diante da escalada da crise, o governo estadual solicitou apoio ao Governo Federal. Em nota oficial, o ministro da Defesa, Raul Jungmann, afirmou que iria “retomar a normalidade e garantir aos cidadãos de Vitória de que a lei, a ordem e a propriedade serão respeitadas”. No mesmo dia o Exército passou a atuar e cerca de 200 soldados da Força Nacional chegaram à noite<sup>59</sup>. O plano era contar com 1200 soldados a partir do dia seguinte<sup>60</sup>.

---

49 RODRIGUES; JULIE, 2017.

50 DELEGACIA [...], 2017.

51 HEITOR, 2017a.

52 GOVERNO ENVIA [...], 2017.

53 BLUNCK, 2017.

54 VÍDEOS [...], 2017.

55 DOIS [...], 2017.

56 ÔNIBUS [...], 2017.

57 HEITOR, 2017b.

58 SEM POLICIAMENTO [...], 2017.

59 GOVERNO ENVIA [...], 2017.

60 BORGES, 2017a.

O Tribunal de Justiça do estado acatou o pedido do governo, declarou a ilegalidade da greve e determinou multa diária de R\$ 100.000,00 às associações de PMs até que os batalhões fossem desobstruídos. Mas as famílias continuavam irredutíveis: “Nós, familiares, que estamos ajudando umas às outras. Não há instituições nos ajudando e nem associações. Então, não há ilegalidade”. O governo estadual, por sua vez, trocou o comando-geral da Polícia Militar. O Coronel Laércio Oliveira foi exonerado e substituído por Newton Rodrigues<sup>61</sup>. A greve ganhou as manchetes e todo o país passou a acompanhar o “caos” vivido pelos capixabas. À noite, o Jornal Nacional dava o tom da cobertura midiática: “Quem mora no Espírito Santo está vivendo dias difíceis. Medo, tensão, a população assustada tenta se proteger dentro de casa”<sup>62</sup>.

Pelo primeiro dia desde o início da greve, a rotina de grande parte da população foi afetada pela insegurança, agora atingindo as classes médias e os ricos. O dia 6 de fevereiro foi o dia mais violento da crise e marcou a quebra do controle social formal e informal no estado. Essa quebra encontra fundamentação teórica no que Proença Jr. e Muniz<sup>63</sup> conceituaram como “ideia de polícia”: a credibilidade pública na capacidade da polícia em atender adequadamente aos chamados emergenciais da população. A confiança da população na prontidão e proficiência da polícia é essencial tanto para a manutenção da ordem pública e cooperação comunitária com as autoridades, quanto para a dissuasão de atos violentos. Ou seja, a existência de uma polícia legítima representa um apoio emergencial à sociedade, e na medida em que faz isso, produz efeitos de dissuasão e autorregulação social<sup>64</sup>. Quando essa credibilidade é abalada, compromete-se a legitimidade da instituição e sua capacidade de exercer autoridade. Mas quando a ideia de polícia é quebrada, diante da ausência concreta de polícia, há também a perda de seus efeitos dissuasórios indiretos.

Neste quadro, tudo o que pode ser alcançado ou limitado por seus meios e modos de atuação – concreta ou pela simples possibilidade de intervenção – deixa de existir no universo cognitivo da população. A depender das condicionantes socioeconômicas e criminológicas, a quebra da ideia de polícia pode desencadear o aumento da criminalidade violenta,

61 JUSTIÇA [...], 2017.

62 SEM POLÍCIA [...], 2017.

63 2006.

64 PROENÇA JR.; MUNIZ, 2006.

além do pânico e medo na população, como observado no Espírito Santo. O que evidencia a função concreta da polícia no ordenamento político dos territórios e dos agentes coercitivos do campo do policiamento<sup>65</sup>. Sendo o meio sustentador de um arranjo político capaz de fabricar um cotidiano e alguma previsibilidade.

Esse processo não se expressa apenas nos números e casos materiais. Uma vez quebrada a ideia de polícia, o processo ideológico de autoproteção e de acirramento do medo é, em si, maligno para a coesão social. Afinal, se a confiança pode produzir um círculo virtuoso de cooperação entre população e as autoridades; a ausência completa da polícia em um contexto de desigualdade social e propício a ações oportunistas de grupos armados pode produzir um círculo vicioso de pânico, medo, desconfiança, dissidências e potencial anomia social. Um quadro que, se não revertido rapidamente, pode escalar a ponto de ameaçar ou tornar residual a existência de um governo<sup>66</sup>.

A quebra da ideia de polícia também não é automática e sem intermediações. Não basta a ausência da polícia ostensiva para que crimes violentos e saques ocorram. A ausência de respostas institucionais aos chamados sociais leva tempo para ser assimilado coletivamente. Como mostramos, até domingo, por mais que não houvesse policiamento e os números da criminalidade já demonstrassem um aumento, a rotina da população, serviços e instituições continuava. Para que a ruptura da ideia de polícia fosse assimilada, foi necessário que a percepção da violência e o sentimento de insegurança se acumulassem simbolicamente. Nesse sentido, as mídias e redes sociais desempenharam um papel crucial ao divulgar e amplificar os incidentes violentos e a falta de atuação policial. No caso do Espírito Santo, três dinâmicas parecem ter sido importantes para esse círculo vicioso: (i) os assassinatos, especialmente a atuação de grupos de extermínio e as disputas entre facções de domínio territorial; (ii) crimes de oportunidade (saques, roubos e furtos) à luz do dia e sem inibição; (iii) ataques ao transporte coletivo e o aumento dos riscos da mobilidade urbana.

Na terça-feira (7/2), mesmo com a presença das forças federais<sup>67</sup> as ruas estavam desertas e praticamente nenhuma escola, loja, posto de saúde ou repartição pública voltou a funcionar<sup>68</sup>. Após um ônibus ser atingido

65 MUNIZ; PAES-MACHADO, 2010.

66 PROENÇA JR.; MUNIZ, 2006.

67 BIANCHI, 2017b.

68 LINHARES; HEITOR, 2017a.

por um disparo, o transporte público foi novamente paralisado. Algumas lojas contrataram vigias particulares para evitar novos saques, enquanto outras dispensaram os funcionários e suspenderam os serviços<sup>69</sup>. Segundo a Fecomércio-ES, o prejuízo já atingia os R\$ 90 milhões<sup>70</sup>. Condomínios e bairros elitizados também contrataram empresas de segurança privada, que, segundo entrevistas em campo, contaram com policiais militares da ativa em seus quadros<sup>71</sup>.

Os crimes continuavam mesmo com os militares no policiamento. Em Vila Velha, a população deteve dois assaltantes logo pela manhã. Na Serra, indivíduos assaltaram uma loja e, na fuga, atiraram contra um policial civil em frente a uma delegacia. Uma onda de saques entre segunda e terça-feira foi registrada em diversas cidades<sup>72</sup>. Em Colatina, um investigador da Polícia Civil foi morto<sup>73</sup> ao tentar impedir um assalto, gerando comoção entre os colegas<sup>74</sup> e uma ameaça de greve que não se concretizou<sup>75 76</sup>. Na capital, tiroteios e saques foram novamente registrados e, com a falta de coleta de lixo por dois dias, sacolas e sujeira se acumulavam nas esquinas<sup>77</sup>.

Diversos vídeos com ataques aos policiais e familiares começaram a circular nas redes sociais. De manhã, um vídeo mostrando uma festa das mulheres com som alto e sob as luzes das viaturas começou a circular nas redes sociais com os dizeres: “enquanto a população está sofrendo, os familiares dos policiais fazem festão, [...] zombando da sociedade”<sup>78</sup>. À tarde, três vídeos compartilhados mostravam policiais de diferentes batalhões pedindo autorização das famílias para sair com as viaturas. A postura passiva gerou revolta nas redes sociais. O secretário de segurança pública qualificou o movimento como “uma palhaçada”, mas que não retiraria as famílias à força para “evitar o conflito”<sup>79</sup>.

69 LINHARES; SILVA, 2017.

70 MARTINS, 2017.

71 BACHETT, 2021.

72 BORGES; ALBUQUERQUE, 2017.

73 INVESTIGADOR [...], 2017.

74 COLEGAS [...], 2017.

75 POLICIAIS [...], 2017.

76 LINHARES, 2017b.

77 GRANDE [...], 2017.

78 PARENTES [...], 2017.

79 PM [...], 2017.

À tarde, foram os moradores que protestaram em frente ao quartel-geral de Vitória e dos batalhões de Guarapari e Cachoeiro de Itapemirim<sup>80</sup>. Eles pediam a volta imediata do patrulhamento<sup>81</sup>. Na capital, mesmo com a tentativa de diálogo por parte de mulheres de ambos os lados, a tensão aumentou e a cena era digna de uma praça de guerra: “Centenas de pessoas se aglomeraram dos dois lados. “Policia, cadê você, vim aqui só pra te ver”, entoavam os manifestantes. Do outro lado, familiares e policiais à paisana respondiam: “Cadê o governador?”. A tensão continuava no início da noite”, narrou a Folha<sup>82</sup>. O Exército teve que intervir para conter os moradores, e, enquanto os militares permaneciam na vigília do quartel, uma caçamba foi incendiada e saques foram relatados na região.

O novo comandante-geral da PMES recebeu representantes das famílias e agendou uma nova reunião para a sexta-feira (10). Ele ofereceu a inimputabilidade dos policiais em troca do fim do movimento, mas as mulheres não aceitaram. Na mesma tarde, elas também se reuniram com deputados na Assembleia do Estado, em mais uma tentativa malsucedida de estabelecer diálogo com o governo<sup>83</sup>. Enquanto isso, policiais e familiares ameaçavam paralisações similares no Rio de Janeiro<sup>84</sup>. O quinto dia de paralisação, que ainda parecia longe de uma resolução, chegava ao fim. Foram 17 homicídios e relatos de saques, assaltos e trocas de tiros em todo o estado<sup>85</sup>.

A literatura internacional aponta que movimentos grevistas de policiais frequentemente utilizam o aumento do pânico social e da criminalidade, decorrente da própria ausência policial, como forma de barganha para a resolução da greve<sup>86</sup>. A ameaça de paralisação no Rio de Janeiro, no dia seguinte ao “caos” de segunda-feira (6/2), exemplifica essa instrumentalização e rendimento político da insegurança. Porém, no Espírito Santo, a quebra da ideia de polícia e dos mecanismos de controle social não foi capitalizada por nenhuma das forças. A troca de acusações sobre quem era responsável – o governo ou os grevistas – pela escalada da violência dominava os noticiários. As famílias não conseguiram estabelecer um canal de diálogo

80 ARPINI, CAMPOREZ, 2017.

81 MORADORES [...], 2017.

82 LINHARES; HEITOR, 2017b.

83 BORGES; ALBUQUERQUE, 2017.

84 VETTORAZZO; PAMPLONA, 2017.

85 SEM PMS [...], 2017.

86 MEYER, 1976; WHITE, 1988.

com o governo, mesmo diante da gravidade da situação. Também sofreram o ônus simbólico causado pelos vídeos nas redes sociais e pelo confronto com a população. O governador, intransigente, começava a sentir o gosto amargo de sua estratégia de desgastar o movimento, apostando que as consequências criminogênicas revertessem a situação e a opinião pública a seu favor. Ao delegar o controle da segurança pública ao Exército, seja por escolha ou por incapacidade de implementar outra forma de substituição do policiamento, acabou por se tornar espectador de seu próprio governo.

## 7. Substituição do policiamento

A quarta-feira (8/2) começou parecida com o dia anterior. Pelo terceiro dia seguido, postos de saúde e escolas amanheceram fechados e os ônibus não circularam. A população continuava amedrontada e as pessoas tinham dificuldade até para comprar comida<sup>87</sup>. Os crimes continuavam. Foram 12 mortos no sexto dia da greve, somando mais de 90 homicídios desde o início da paralisação (Sindipol-ES). Arrombamentos voltaram a acontecer de madrugada<sup>88</sup>, mas o dia ficou marcado por um tiro que acertou a fachada da Rede Gazeta, um dos principais veículos de mídia do estado, e por três PMs baleados em Cariacica-ES – nenhum morreu. Eles eram três dos cerca de 500 PMs que continuavam nas ruas<sup>89</sup>. À tarde, o ministro da Defesa anunciou o envio de mais 650 soldados, chegando a 1850 homens<sup>90</sup>. Também foi transferido o controle dos órgãos de segurança para as Forças Armadas, como parte da missão de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). O General Adilson Katibe assumiria o comando das forças e do policiamento no estado<sup>91</sup>. No Twitter, afirmou que o Exército não substituiria a polícia<sup>92</sup>, mas um membro do governo declarou que o decreto era “um reconhecimento formal que o Estado não conta mais com a Polícia Militar” [sic]<sup>93</sup>.

Os militares se concentravam nos bairros das classes abastadas e nos pontos de aglomeração ou turismo. Quem morava na periferia e não podia

87 SEM PMS NO ES [...], 2017.

88 SCARDUA, 2017.

89 VERLI, 2017.

90 MINISTÉRIO [...], 2017.

91 GRELLET, 2017.

92 PADILHA, 2017.

93 VERLI; BOURGUIGNON, 2017.

pagar por vigilantes começava a articular arranjos autônomos de policiamento e proteção das propriedades, como vigílias e rondas organizadas por moradores em bairros e condomínios<sup>94</sup>. Um líder comunitário de Cariacica relatou em entrevista que em alguns bairros o policiamento foi provido por grupos autônomos formados por “milicianos” (agentes ou ex-agentes estatais) ou traficantes, que já detinham o controle territorial local.

Suspeitas e críticas começaram a recair sobre o governo. Um cabo relatou que o comando-geral orientou os PMs a trabalhar com o carro particular – “eles são atuando sem equipamentos de segurança adequados, com a vida em risco”<sup>95</sup>. O presidente do Sindipol-ES declarou que os policiais civis haviam recebido uma ‘ordem velada’ para interromper a atualização e divulgação dos dados criminais. O sindicato era a única fonte sobre as mortes e crimes durante o evento<sup>96</sup>. A SSP e o governo não se pronunciaram sobre as denúncias.

Paulo Hartung (PMDB), que havia retornado ao Espírito Santo no dia anterior, organizou uma coletiva de imprensa e declarou que a greve era “uma chantagem”: “Sequestraram o direito do povo e estão cobrando resgate, mas não se paga resgate por aspecto ético nem pelo descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal”. André Garcia, por sua vez, fez um balanço da crise e pediu mais apoio federal porque “a sociedade se encontra sem condições de se deslocar, quase em ‘cárcere privado’”. Também declarou que os números “despencaram” desde a chegada dos militares, mas não apresentou dados oficiais. Por fim, atacou os grevistas: “Coloco essas ocorrências e mortes na conta do movimento”. O governador em exercício, César Colnago, concluiu o discurso do governo ao acusar uma “politização” do movimento: “Tem gente apostando do quanto pior, melhor”<sup>97</sup>.

As associações de policiais e familiares entregaram uma carta a Hartung, pedindo que a reunião marcada para sexta-feira (10) fosse adiantada e realizada naquela noite. O pedido foi aceito. A reunião terminou sem acordo e as mulheres reclamaram da ausência do governador: “O governo abriu o canal do diálogo, mas o governador tem coisas mais interessantes na agenda do que estar presente [...]. Nossa proposta foi apresentada, mas não trouxeram uma contra proposta [...]”.

94 NO ES [...], 2017.

95 VERLI, 2017.

96 MORTES [...], 2017.

97 LINHARES, 2017c.

Na quinta-feira (9/2) as ruas continuavam praticamente desertas<sup>98</sup>. Escolas, supermercados e bancos fechados contrastavam com os tanques e blindados. Os ônibus chegaram a sair das garagens, mas o presidente do Sindicato dos Rodoviários de Guarapari (Sintrovig) foi assassinado e ameaças foram relatadas por motoristas, paralisando o transporte público novamente<sup>99</sup>. Foram 16 homicídios no dia e cerca de 106 pessoas já haviam sido assassinadas nos seis dias de paralisação<sup>100</sup>.

Outra reunião aconteceu. Durante a negociação, que durou dez horas, mulheres saíram indignadas dizendo que não haveria acordo – e não houve: “eles não deram garantia de reajuste. Já foram 113 mortes e a greve continua”<sup>101</sup>. Mas o dia ficou marcado pela entrevista concedida por Paulo Hartung à jornalista Míriam Leitão, da GloboNews. O governador subiu o tom e anunciou uma reestruturação da PMES e acusou coronéis de conivência. Para ele, o momento era de luta contra o “corporativismo”: “faz sentido a estabilidade no emprego? Faz sentido aposentar uma pessoa com 48, 49 anos de idade?”<sup>102</sup>. A população demonstrou sua insatisfação ainda durante a transmissão, com panelações em Vitória e Vila Velha<sup>103</sup>.

Os militares demonstravam dificuldade em conter os crimes e a insegurança. A desigualdade no policiamento<sup>104</sup> era acompanhada por frequentes denúncias de incursões violentas nas periferias, causando mortes<sup>105</sup>. Toques de recolher, disseminados pelo WhatsApp, já faziam parte da rotina dos moradores da região de Vitória e a presença dos militares não inibiu as mensagens. Com a transferência da competência da segurança pública para os militares, o 190 voltou a funcionar. Teoricamente, a volta do atendimento emergencial poderia, pouco a pouco, reformar a ideia de polícia quebrada. No entanto, os números não indicavam uma melhora.

O governo estadual estava de mãos atadas. Sem a governança da segurança pública, restava-lhe apenas negociar um fim para o impasse. Porém, mostrou-se irredutível no diálogo com os grevistas, fazendo do governador

98 ES CHEGA [...], 2017.

99 VAREJÃO; FALCÃO, 2017.

100 SEM PM NAS RUAS [...], 2017.

101 ARPINI; ALBUQUERQUE; REZENDE, 2017.

102 LEITÃO, 2017.

103 PANELAÇO [...], 2017.

104 PERIFERIA [...], 2017.

105 ADOLESCENTE [...], 2017.

um espectador de seu próprio governo. A crise escancarou que a governabilidade depende da imposição de uma ordem minimamente coesa. Sem seu principal meio para reconstruir essa ordem, o governo estadual se limitava a responder a emergências, perdendo o controle do cenário mais amplo e tornando-se dependente do sucesso dos militares e do desgaste dos paredistas.

Por outro lado, a greve também evidenciou a limitação dos militares no policiamento urbano: treinados e equipados para o combate, mostraram-se despreparados para lidar com civis em funções de força comedida por um longo período. A Força Nacional, apesar de ser composta por policiais, compartilha dessas limitações por atuar sob comando militar em operações de GLO, sendo uma força externa e de atuação pontual – gerando assim os mesmos problemas dos militares: i. ausência de controle civil efetivo; ii. letalidade e violações de direitos humanos; iii. repressão justificada pelo vocabulário bélico (“guerra às drogas” e “inimigo interno”).

Marco de uma semana de paralisação, o dia 10/9 tornou-se um momento decisivo para o desfecho da greve. Com a malsucedida reunião do dia anterior, o governo tentou um ultimato logo no início do dia: 703 inquéritos militares por crime de revolta foram abertos contra os PMs<sup>106</sup>. Às esposas, o tom foi de ameaça: elas já estavam sendo identificadas e poderiam ser processadas civilmente para arcar com as despesas do envio das tropas federais – que já somavam 3000 soldados<sup>107</sup>. Pressionadas, mulheres e policiais à paisana choraram e cantaram os hinos nacional e do soldado capixaba em frente ao portão do Batalhão de Missões Especiais<sup>108</sup>.

A surpresa ficaria para a noite, quando as associações de policiais militares e o governo anunciaram um acordo para o fim da greve. Às 7 horas do dia seguinte os policiais deveriam estar nas ruas<sup>109</sup>.

## 8. A resolução da greve

Sem participar do acordo, as famílias continuaram nos batalhões. Considerado como traidor por ter aceito a proposta do governo sem dialogar com as mulheres, o presidente da Associação de Cabos e Soldados se desligou

106 ES: MAIS DE 700 [...], 2017.

107 LINHARES; HEITOR, 2017c.

108 LINHARES, 2017d.

109 LINHARES; HEITOR, 2017d.

do cargo alegando que não tinha mais legitimidade para representar a categoria<sup>110</sup>. Sem sucesso no desbloqueio dos batalhões, o governo novamente convocou os policiais a se apresentarem em espaços públicos. Cerca de 600 deles, a maioria oficiais, atendeu ao chamado em várias cidades do estado. Os que estavam aquartelados e tentaram sair foram impedidos pelas mulheres<sup>111</sup>. À tarde, um helicóptero passou a ser utilizado para retirar os PMs dos batalhões<sup>112</sup>.

Os ônibus voltaram a circular e a população começou a retornar à rotina. Lojas e feiras foram reabertas<sup>113</sup> e praias e bares ficaram cheios no domingo (12/2). A cada dia, mais policiais voltavam ao trabalho<sup>114</sup>. As repartições públicas voltaram a abrir na segunda-feira, e escolas e postos de saúde na terça-feira. O número de homicídios começou a cair com o retorno gradual dos PMs. Foram 5 assassinatos no dia 14/2, retornando à média anterior à greve. Com a volta de mais de 1000 PMs na terça-feira, o comandante da GLO declarou que “a situação estava controlada”<sup>115</sup>. Ainda assim, novos ataques a ônibus foram registrados em algumas cidades, numa última tentativa de grupos criminosos – com possível participação de PMs – de impedir a retomada da rotina<sup>116</sup>.

Muitos policiais passaram a procurar o hospital psiquiátrico da PM. Enquanto alguns indicavam tratar-se de uma tática para justificar a ausência no retorno e assim não serem punidos, outros diziam que eles realmente estavam “sucumbindo à pressão”<sup>117</sup>. As famílias enviaram uma nova proposta ao governo abdicando do reajuste salarial e pedindo o pagamento de auxílios e a melhoria nas condições de trabalho. O governo, mais uma vez, recusou qualquer acordo<sup>118</sup> e anunciou mais procedimentos administrativos contra policiais<sup>119</sup>. Até o fim oficial da greve, cerca de 28% dos PMs de

110 LINHARES; HEITOR, 2017e.

111 LINHARES; HEITOR, 2017f.

112 LINHARES; HEITOR, 2017g.

113 MORADORES DO ES [...], 2017.

114 ARPINI; RIBETI; FALCÃO, 2017.

115 MAIS DE MIL [...], 2017.

116 MAIS UM ÔNIBUS [...], 2017.

117 LINHARES, 2017e.

118 BORGES, 2017b.

119 ES ABRE [...], 2017.

todo o estado foram notificados judicialmente<sup>120</sup>. No dia 14/2, a justiça do estado indiciou nominalmente 10 das mulheres do movimento, com multa diária de R\$10.000,00 caso os batalhões não fossem desobstruídos<sup>121</sup>. Uma delas declarou que “o movimento não vai parar por causa de 10 mulheres a menos”<sup>122</sup>.

Mas o movimento perdia força. Com a ordem social normalizada, não havia mais o que barganhar com o governo e a mídia perdeu o interesse no evento. Sem saída, uma reunião de 9 horas durante a madrugada do dia 25/2 selou a desobstrução de todos os batalhões ocupados<sup>123</sup>. O governo se comprometeu a não instaurar mais procedimentos administrativos e não retaliar as associações dos policiais<sup>124</sup>. À tarde, o comandante-geral anunciou que todo o efetivo estava nas ruas<sup>125</sup>. Após 22 dias, chegava ao fim a Greve da Polícia Militar do Espírito Santo.

## 9. Considerações finais

A análise da greve da PMES em 2017, estruturada em quatro estágios, nos permite compreender as múltiplas dimensões do conflito. A decisão e deflagração da paralisação revelaram o protagonismo das familiares mulheres dos policiais, cuja atuação foi decisiva para contornar restrições legais e iniciar o movimento. Na segunda fase, o colapso dos mecanismos formais e informais de controle social evidenciou a centralidade da polícia na manutenção da ordem – e como sua ausência impacta de forma desigual a população, atingindo com mais força as periferias, que já convivem cotidianamente com a violência. A terceira etapa mostrou que as tentativas de substituir o policiamento foram frágeis, marcadas por improviso e ineficiência, aprofundando o caos cotidiano. Por fim, a resolução da greve expôs a postura intransigente do governo, que apostou no desgaste do movimento em vez do diálogo, ao custo de centenas de vidas e prejuízos econômicos e sociais significativos.

---

120 PM DO ES [...], 2017.

121 DOLZAN, 2017.

122 MACHADO; VAREJÃO, 2017.

123 LINHARES, 2017f.

124 FIM [...], 2017.

125 COMANDANTE [...], 2017.

Esses elementos reforçam que a polícia, embora estruturada como força de segurança do Estado, é também um ator político autônomo, capaz produzir ações para reivindicar interesses corporativos. As táticas mobilizadas ao longo da greve demonstram essa capacidade de agência, e apontam para a necessidade de ampliar a compreensão das greves policiais como fenômenos complexos, atravessados por disputas simbólicas, institucionais e sociais. O modelo de análise temporal e multidimensional aqui proposto busca contribuir com pesquisas sobre o tema, oferecendo uma ferramenta analítica replicável e adaptável a diferentes contextos de paralisação policial. Espera-se, assim, incentivar uma agenda de pesquisa mais integrada e coesa.

## Referências

- ADOLESCENTE é morto pelo Exército em bairro da Grande Vitória. *G1, Espírito Santo*, 11 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2khHnWg>. Acesso em: abr. 2025.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. *A crise policial militar brasileira: o ciclo de protestos dos policiais militares (1997-2001)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. Tropas em greve: militarismo e democratização no ciclo de protestos dos policiais militares brasileiros. *Sæculum - Revista de História*, João Pessoa, n. 24, p. 109-130, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/12437>. Acesso em: 18 abr. 2025.
- ALMEIDA, Valdir. Governador do Ceará solicita apoio de tropas federais após ataque a batalhões de polícia. *G1, Ceará*, 19 fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/02/19/governador-do-ceara-solicita-apoio-de-tropas-federais-apos-ataque-a-batalhoes-de-policia.ghtml>. Acesso em: abr. 2025.
- ALVES, Juliana do Carmo Cardoso. *Memória dividida: narrativas acerca do movimento reivindicatório dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais no ano de 1997*. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- ARAÚJO, Nayra Veras de; LIMA, Antônia Jesuítica de. Policiais militares em greve: oportunidades e restrições à ação coletiva. *Emancipação*, v. 11, n. 1, p. 73–90, 2011.

- ARPINI, Naiara; ALBUQUERQUE, Manoela; REZENDE, Rodrigo. Reunião de 10h termina sem acordo entre mulheres de PMs e Governo. *G1*, Espírito Santo, 9 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2kZ87Po>. Acesso em: abr. 2025.
- ARPINI, Naiara; CAMPOREZ, Patrick. Manifestantes e mulheres de PMs se enfrentam no ES; Exército intervém. *G1*, Espírito Santo, 7 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2ko9B5h>. Acesso em: abr. 2025.
- ARPINI, Naiara; RIBETI, Gabriela; FALCÃO, André. Praias e bares ficam cheios na volta parcial dos PMs na Grande Vitória. *G1*, Espírito Santo, 12 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2kWX0EB>. Acesso em: abr. 2025.
- BACHETT, Herbert. *No caos ninguém é cidadão: uma análise sobre o poder simbólico da Polícia Militar na região de Vitória/ES*. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.
- BEAN, R. Police unrest, unionization and the 1919 strike in Liverpool. *Journal of Contemporary History*, v. 15, n. 4, p. 633–653, 1980.
- BENZAQUEN, Guilherme Figueiredo. Os saques em Abreu e Lima na greve da Polícia Militar de Pernambuco em 2014. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/38086>. Acesso em: 18 abr. 2025.
- BIANCHI, Paula. “Não tem como nos controlarem”: mulheres contam como pararam a PM do ES. *UOL Notícias*, Vitória, 7 fev. 2017a. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/02/07/nao-tem-como-nos-controlarem-mulheres-contam-como-pararam-a-pm-do-es.htm>. Acesso em: abr. 2025.
- BIANCHI, Paula. Mesmo com Exército, ruas permanecem vazias e lojas fechadas na Grande Vitória. *UOL Notícias*, Vitória, 7 fev. 2017b. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/02/07/mesmo-com-exercito-ruas-permanecem-vazias-e-lojas-fechadas-na-grande-vitoria.htm>. Acesso em: abr. 2025.
- BLUNCK, Thaiz. Assaltos, arrastões e arrombamentos: capixabas vivem noite de terror na Grande Vitória. *Folha Vitória*, Espírito Santo, 6 fev. 2017. Disponível em: <https://www.folhavitoria.com.br/policia/assaltos-arrastoes-e-arrombamentos-capixabas-vivem-noite-de-terror-na-grande-vitoria/>. Acesso em: abr. 2025.

- BORGES, Juliana. Em carta, mulheres desistem de reajuste e cobram melhorias a PMs. *G1*, Espírito Santo, 13 fev. 2017b. Disponível em: <https://glo.bo/2l1EvPH>. Acesso em: abr. 2025.
- BORGES, Juliana. Exército começa a atuar no ES após dia de caos, violência e medo. *G1*, Espírito Santo, 6 fev. 2017a. Disponível em: <https://glo.bo/2kLNztQ>. Acesso em: abr. 2025.
- BORGES, Juliana; ALBUQUERQUE, Manoela. Mulheres não entram em acordo e ES segue sem PMs e com violência. *G1*, Espírito Santo, 7 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2kQBpj5>. Acesso em: abr. 2025.
- BROWN, G.; HALDANE, R. *Days of violence: The 1923 police strike in Melbourne*. Ormond, Victoria: Hybrid Publishers, 1998.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- COLEGAS de policial civil morto fazem cortejo nas ruas de Vitória. *G1*, Espírito Santo, 8 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2kRSVUc>. Acesso em: abr. 2025.
- COMANDANTE da PM anuncia que todo o efetivo está nas ruas do ES. *G1*, Espírito Santo, 25 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2mwhiEJ>. Acesso em: abr. 2025.
- COSTA, Camilla. Como protesto iniciado por oito mulheres paralisa a PM do Espírito Santo. *BBC Brasil*, São Paulo, 6 fev. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38888048>. Acesso em: abr. 2025.
- DELEGACIA do ES registra quase 200 roubos de carro em um dia. *G1* (vídeo), Espírito Santo, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/espirito-santo/video/delegacia-do-es-registra-quase-200-roubos-de-carro-em-um-dia-5631954.ghtml>. Acesso em: abr. 2025.
- DOIS ônibus do Transcol são incendiados na Serra, ES. *G1*, Espírito Santo, 6 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2leQokG>. Acesso em: abr. 2025.
- DOLZAN, Marcio. Justiça do ES ordena que mulheres deixem batalhões sob pena de multa. *Estadão*, São Paulo, 14 fev. 2017. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/justica-do-es-ordena-que-mulheres-deixem-batalhoes-sob-pena-de-multa-de-r-10-mil/>. Acesso em: abr. 2025.
- ES ABRE procedimentos contra 155 policiais envolvidos na paralisação. *Gazeta Web*, 14 fev. 2017. Disponível em: <https://www.gazetaweb.com/noticias/brasil/es-abre-procedimentos-contra-155-policiais-envolvidos-na-paralisacao>. Acesso em: abr. 2025.

- ES CHEGA ao 6º dia sem PM nas ruas; ônibus voltam a circular parcialmente. *G1*, Espírito Santo, 9 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2kVRy6Y>. Acesso em: abr. 2025.
- ES: MAIS DE 700 PMs são indiciados por crime de revolta, com pena de até 20 anos. *UOL Notícias* (Agência Estado), São Paulo, 10 fev. 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2017/02/10/es-mais-de-700-pms-sao-indiciados-por-crime-de-revolta-com-pena-de-ate-20-anos.htm>. Acesso em: abr. 2025.
- FELSON, Marcus; CLARKE, Ronald V. Opportunity makes the thief: practical theory for crime prevention. *Police Research Series* No. 98. Londres: Home Office, 1998. Disponível em: <https://www.scirp.org/reference/referencespapers?referenceid=2830638>. Acesso em: 18 abr. 2025.
- FIM do movimento das mulheres de PMs no Espírito Santo. *Exame*, 25 fev. 2017. Disponível em: <https://exame.com/brasil/fim-do-movimento-das-mulheres-de-pms-no-espirito-santo/>. Acesso em: abr. 2025.
- GIACOPASSI, David J.; SPARGER, James R. The Memphis Police Strike: A Retrospective Analysis. *American Journal of Criminal Justice*, v. 6, n. 2, p. 39–52, set. 1981. DOI: 10.1007/BF02887396.
- GONÇALVES, Antonio. Exército vai ao Tocantins para conter greve. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 28 maio 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2805200101.htm>. Acesso em: abr. 2025.
- GOVERNO do ES suspende negociação até policiamento voltar. *G1*, Espírito Santo, 5 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2kHP9wA>. Acesso em: abr. 2025.
- GOVERNO ENVIA Força Nacional e militares para conter violência no ES. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 6 fev. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/02/1856215-governo-enviara-reforco-da-forca-nacional-para-conter-violencia-no-es.shtml>. Acesso em: abr. 2025.
- GRANDE Vitória tem tiroteio e saques em comércios mesmo com Exército. *G1*, Espírito Santo, 7 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2kOEwbF>. Acesso em: abr. 2025.
- GRELLET, Fabio. Forças Armadas assumem controle dos órgãos de segurança do Espírito Santo. *Estadão*, São Paulo, 8 fev. 2017. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/forcas-armadas-assumem-controle-dos-orgaos-de-seguranca-do-espirito-santo/>. Acesso em: abr. 2025.
- GRUPOS encapuzados atacam batalhões da Polícia Militar no Ceará, levam viaturas, carros e esvaziam pneus. *G1*, Ceará, 19 fev. 2020. Disponível

em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/02/19/grupo-encapuzado-leva-carros-da-policia-e-esvazia-pneus-em-atos-contra-a-seguranca-publica-no-ceara.ghtml>. Acesso em: abr. 2025.

GUIDONI, Thamiris. Não há aumento de ocorrências, diz secretário de Segurança do ES sobre protesto que impede saída de viaturas dos batalhões. *Folha Vitória*, Espírito Santo, 3 fev. 2017. Disponível em: <https://www.folhavitoria.com.br/geral/nao-ha-aumento-de-ocorrencias-diz-secretario-de-seguranca-do-es-sobre-protesto-que-impede-saida-de-viaturas-dos-batalhoes/>. Acesso em: abr. 2025.

HEITOR, Leonardo. Após ataques, ruas de Vitória ficam vazias e shoppings fecham as portas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 6 fev. 2017b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/02/1856252-apos-ataques-ruas-de-vitoria-ficam-vazias-e-shoppings-fecham-as-portas.shtml>. Acesso em: abr. 2025.

HEITOR, Leonardo. Onda de violência em Vitória superlota departamento de medicina legal. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 6 fev. 2017a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/02/1856418-onda-de-violencia-em-vitoria-superlota-departamento-de-medicina-legal.shtml>. Acesso em: abr. 2025.

INVESTIGADOR é morto ao tentar impedir assalto em Colatina, ES. G1, Espírito Santo, 7 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2kQB0xi>. Acesso em: abr. 2025.

JAUREGUI, Beatrice. Police worker politics in India, Brasil, and beyond. *Policing and Society*, v. 32, n. 3, p. 271–290, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/10439463.2022.2037555>.

JUSTIÇA decreta ilegalidade de movimento de policiais no ES. UOL Notícias (Agência Estado), Brasília, 6 fev. 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2017/02/06/justica-decreta-ilegalidade-de-movimento-de-policiais-no-es.htm>. Acesso em: abr. 2025.

LEITÃO, Míriam. Hartung não cede. *Míriam Leitão* (blog), O Globo, 10 fev. 2017. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/hartung-nao-cede.html>. Acesso em: abr. 2025.

LINHARES, Carolina. ‘É uma chantagem’, diz governador do ES sobre protesto de familiares de PMs. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 8 fev. 2017c. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/02/1856839-e-uma-chantagem-diz-governador-do-es-sobre-protesto-de-familiares-de-pms.shtml>. Acesso em: abr. 2025.

LINHARES, Carolina. Marias fazem a linha de frente do bloqueio a batalhões da PM em Vitória. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 8 fev. 2017a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/02/1856743-marias-fazem-a-linha-de-frente-do-bloqueio-a-batalhoes-da-pm-em-vitoria.shtml>. Acesso em: abr. 2025.

LINHARES, Carolina. Mulheres desobstruem batalhões e motim de policiais no ES termina. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 25 fev. 2017f. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/02/1862044-mulheres-desobstruem-batalhoes-e-motim-de-policiais-no-es-termina.shtml>. Acesso em: abr. 2025.

LINHARES, Carolina. Polícia Civil do Espírito Santo dá prazo ao governo antes de entrar em greve. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 9 fev. 2017b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/02/1857287-policia-civil-do-espirito-santo-da-prazo-ao-governo-antes-de-entrar-em-greve.shtml>. Acesso em: abr. 2025.

LINHARES, Carolina. Pressionadas, mulheres de PMs do ES choram e rezam na frente de batalhão. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 10 fev. 2017d. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/02/1857769-pressionadas-mulheres-de-pms-do-es-choram-e-rezam-na-frente-de-batalhao.shtml>. Acesso em: abr. 2025.

LINHARES, Carolina. Sob pressão, policiais procuram hospitais para não voltar ao trabalho. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 12 fev. 2017e. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/02/1858096-sob-presao-policiais-procuram-hospitais-para-nao-voltar-ao-trabalho.shtml>. Acesso em: abr. 2025.

LINHARES, Carolina; HEITOR, Leonardo. Com apoio de familiares, PMs ignoraram acordo e mantêm motim no ES. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 11 fev. 2017e. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/02/1857891-apos-fim-de-prazo-mulheres-de-policiais-continuam-acampadas-no-es.shtml>. Acesso em: abr. 2025.

LINHARES, Carolina; HEITOR, Leonardo. Governo do Espírito Santo acusa 703 PMs amotinados por crime militar. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 10 fev. 2017c. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/02/1857545-governo-do-espirito-santo-acusa-703-pms-amotinados-por-crime-militar.shtml>. Acesso em: abr. 2025.

LINHARES, Carolina; HEITOR, Leonardo. Governo e associações anunciam fim do motim dos PMs no Espírito Santo. *Folha de S.Paulo*, São

- Paulo, 10 fev. 2017d. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/02/1857807-governo-e-associacoes-anunciam-fim-da-greve-dos-pms-no-espirito-santo.shtml>. Acesso em: abr. 2025.
- LINHARES, Carolina; HEITOR, Leonardo. Para burlar bloqueio, PM convoca policiais a se apresentarem a pé no ES. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 11 fev. 2017f. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/02/1857973-para-burlar-bloqueio-pm-convoca-policiais-a-se-apresentarem-a-pe-no-es.shtml>. Acesso em: abr. 2025.
- LINHARES, Carolina; HEITOR, Leonardo. PM do Espírito Santo usa helicóptero para tirar policiais de quartel. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 11 fev. 2017g. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/02/1858018-pm-do-espirito-santo-usa-helicoptero-para-tirar-policiais-de-quartel.shtml>. Acesso em: abr. 2025.
- LINHARES, Carolina; HEITOR, Leonardo. Protesto pede volta do policiamento e rivaliza familiares de PMs em Vitória. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 7 fev. 2017b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/02/1856592-protesto-pede-volta-do-policiamento-e-rivaliza-familiares-de-pms-em-vitoria.shtml>. Acesso em: abr. 2025.
- LINHARES, Carolina; HEITOR, Leonardo. Sem PM nas ruas, poucos comércios e ônibus voltam a funcionar em Vitória. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 7 fev. 2017a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/02/1856514-sem-pm-nas-ruas-poucos-comercios-e-onibus-voltam-a-funcionar-em-vitoria.shtml>. Acesso em: abr. 2025.
- LINHARES, Carolina; SILVA, Joel. Com Exército nas ruas, movimento de familiares de PMs segue no ES. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 7 fev. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/02/1856453-com-exercito-nas-ruas-movimento-de-familiares-de-pms-segue-no-es.shtml>. Acesso em: abr. 2025.
- LOPES, Nathan. “Estamos doidos para voltar para a rua”, diz cabo da PM do Espírito Santo. *UOL Notícias*, São Paulo, 6 fev. 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/02/06/estamos-doidos-para-voltar-para-a-rua-diz-cabo-da-pm-do-espirito-santo.htm>. Acesso em: abr. 2025.
- MACHADO, Viviane. Mulheres e filhas de PMs protestam em frente a destacamento da Serra. *G1*, Rio de Janeiro, 3 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2kZiEuI>. Acesso em: abr. 2025.
- MACHADO, Viviane; VAREJÃO, Victoria. Comando da PM do ES amanhece

- com 2 mulheres e cadeiras vazias. *G1*, Espírito Santo, 15 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2lKC0nT>. Acesso em: abr. 2025.
- MAIS DE MIL PMs voltam às ruas na manhã do 10º dia de protesto no ES. *G1*, Espírito Santo, 13 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2koCRWf>. Acesso em: abr. 2025.
- MAIS UM ÔNIBUS é incendiado em Vila Velha, ES. *G1*, Espírito Santo, 14 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2lNv1Hu>. Acesso em: abr. 2025.
- MARTINS, Mary. Fecomércio aponta R\$ 90 milhões em prejuízos para lojistas do Espírito Santo. *Folha Vitória*, Espírito Santo, 7 fev. 2017. Disponível em: <https://www.folhvitoria.com.br/geral/fecomercio-aponta-r-90-milhoes-em-prejuizos-para-lojistas-do-espirito-santo/>. Acesso em: abr. 2025.
- MEYER, John C. Jr. Discontinuity in the delivery of public service: analyzing the police strike. *Human Relations*, v. 29, n. 6, p. 563–578, jun. 1976. DOI: 10.1177/001872677602900604.
- MEYER, John C. Jr. Police strikes: a model to study underlying factors. *Australian & New Zealand Journal of Criminology*, v. 8, n. 3-4, p. 227–239, set. 1975. DOI: 10.1177/000486587500800403.
- MINISTÉRIO da Defesa envia mais 550 militares das Forças Armadas para o ES. *G1*, Brasília, 8 fev. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/ministerio-da-defesa-envia-mais-550-militares-das-forcas-armadas-para-o-es.ghtml>. Acesso em: abr. 2025.
- MIRANDA, Ewerton José Braz. *O chupa-praça e o aumento de dez reais: um estudo de caso sobre a greve dos policiais militares pernambucanos em julho de 1997*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/1542>. Acesso em: 18 abr.
- MONET, Jean-Claude. *Polícias e sociedades na Europa*. 2. ed. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Edusp, 2006.
- MORADORES DO ES tentam retomar rotina no 8º dia sem PM na rua. *G1*, Espírito Santo, 11 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2kEhcN1>. Acesso em: abr. 2025.
- MORADORES protestam em frente a quartel geral de Vitória. *Exame*, 7 fev. 2017. Disponível em: <https://exame.com/brasil/moradores-protestam-em-frente-a-quartel-geral-de-vitoria/>. Acesso em: abr. 2025.
- MORTES violentas no Espírito Santo sobem para 95. *Exame*, 8 fev. 2017. Disponível em: <https://exame.com/brasil/mortes-violentas-no-espirito-santo-sobem-para-95/>. Acesso em: abr. 2025.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. A Crise de identidade das Polícias Militares: Dilemas e Paradoxos da Formação. *Security and Defense Studies Review*, v. 1, p. 187-198, 2001.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PAES-MACHADO, Eduardo. Polícia para quem precisa de polícia: contribuições aos estudos sobre policiamento. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 60, p. 437–447, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792010000300001>. Acesso em: 26 jun. 2025.

NO ES, moradores fazem vigília em condomínios para evitar invasões. *G1*, Espírito Santo, 8 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2kSOBnT>. Acesso em: abr. 2025.

ÔNIBUS do Transcol é roubado no terminal de Carapina na Serra. *G1*, Espírito Santo, 6 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2kLOo5S>. Acesso em: abr. 2025.

PADILHA, Luiz. Atuação do Exército no ES é pontual e não substituirá PM, diz comandante. *Defesa Aérea & Naval*, Porto Alegre, 9 fev. 2017. Disponível em: <https://www.defesaaereanaval.com.br/exercito/atuacao-do-exercito-no-es-e-pontual-e-nao-substituir-a-pm-diz-comandante>. Acesso em: abr. 2025.

PANELAÇO é registrado durante a entrevista de Paulo Hartung. *G1*, Espírito Santo, 10 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2kZILBg>. Acesso em: abr. 2025.

PARENTES de PMs fazem festa na porta de quartel durante caos no ES. *G1*, Espírito Santo, 7 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2knol4l>. Acesso em: abr. 2025.

PERIFERIA da Grande Vitória pede socorro por falta de policiamento. *G1*, Espírito Santo, 14 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2lFSnSR>. Acesso em: abr. 2025.

PFUHL, Erdwin H. Jr. Police Strikes and Conventional Crime. *Criminology*, v. 21, n. 4, p. 489–504, nov. 1983. DOI: 10.1111/j.1745-9125.1983.tb00276.x.

PM ‘pede autorização’ para sair de quartel e mulheres dizem não no ES. *G1*, Espírito Santo, 7 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2kPCFDo>. Acesso em: abr. 2025.

PM DO ES processa cerca de 28% dos policiais militares da ativa. *G1*, Espírito Santo, 21 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2mjMlxV>. Acesso em: abr. 2025.

POLICIAIS civis paralisam atividades em protesto por colega morto no ES.

G1, Espírito Santo, 8 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2kSAIGl>. Acesso em: abr. 2025.

PROENÇA JÚNIOR, Domício; MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. ‘Stop or I’ll Call the Police’: The Idea of Police, or the Effects of Police Encounters Over Time. *British Journal of Criminology*, v. 46, n. 2, p. 234–257, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/bjc/azi072>. Acesso em: 18 abr. 2025.

PROTESTOS de familiares impedem saída de PMs de batalhões no ES. G1, Espírito Santo, 4 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2krXWRb>. Acesso em: abr. 2025.

RIBEIRO, Breno. Duas lojas de eletrodomésticos são arrombadas no centro de Vitória. Folha Vitória, Espírito Santo, 5 fev. 2017b. Disponível em: <https://www.folhavitoria.com.br/policia/duas-lojas-de-eletrodomesticos-sao-arrombadas-no-centro-de-vitoria/>. Acesso em: abr. 2025.

RIBEIRO, Breno. Homem é baleado, busca abrigo em terminal e é reconhecido por vítima de assalto. Folha Vitória, Espírito Santo, 5 fev. 2017a. Disponível em: <https://www.folhavitoria.com.br/policia/homem-e-baleado-busca-abrigo-em-terminal-e-e-reconhecido-por-vitima-de-assalto/>. Acesso em: abr. 2025.

ROCHA, Guilherme Dall Orto. *Quando as armas do Leviatã se voltam contra si: a greve da Polícia Militar do Espírito Santo de fevereiro de 2017*. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

RODRIGUES, Basília; JULIE, Gabriella. Investigação aponta que parte das mortes registradas no ES teve atuação de PMs. CBN, São Paulo, 12 fev. 2017. Disponível em: <https://m.cbn.globoradio.globo.com/editorias/policia/2017/02/12/INVESTIGACAO-APONTA-QUE-PARTE-DAS-MORTES-REGISTRADAS-NO-ES-TEVE-ATUACAO-DE-PMS.htm>. Acesso em: abr. 2025.

SCARDUA, Wanessa. Quadrilha invade loja de celulares em Vitória com carro roubado. G1, Espírito Santo, 8 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2lq5NPp>. Acesso em: abr. 2025.

SEM PM NAS RUAS, número de mortos no ES chega a 106, diz sindicato. G1, Espírito Santo, 9 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2kL3eYh>. Acesso em: abr. 2025.

SEM PMS nas ruas, Espírito Santo registra 90 mortes, diz sindicato. G1,

- Espírito Santo, 8 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2kqp9Fl>. Acesso em: abr. 2025.
- SEM PMS NO ES, cidadão tem dificuldade até para comprar comida. *G1*, Espírito Santo, 8 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2kHqjeq>. Acesso em: abr. 2025.
- SEM POLÍCIA nas ruas, Espírito Santo enfrenta onda de violência. *G1* (vídeo), Espírito Santo, 6 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2kLKF8o>. Acesso em: abr. 2025.
- SEM POLICIAMENTO, Vitória suspende aulas e atendimento de saúde. *G1*, Espírito Santo, 6 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2kwU0P8>. Acesso em: abr. 2025.
- SILVA, Alessandro. Acaba greve da PM do Tocantins após 12 dias. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 1 jun. 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0106200101.htm>. Acesso em: abr. 2025.
- SILVA, Diony. PA de Cariacica não atenderá à noite por falta de segurança. *G1*, Espírito Santo, 5 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2lc2VWn>. Acesso em: abr. 2025.
- SLATER, Joseph E. Public Workers: Labor and the Boston Police Strike of 1919. *Labor History*, v. 38, n. 1, p. 7–27, 1996. DOI: 10.1080/00236649712331387004.
- STADNIKY, Hilda Pívaro. Mulheres sem mordaça X tropa de choque: estratégias de lutas políticas no contexto das greves policiais no estado do Paraná (Nota prévia). *Prohistoria*, v. 10, p. 1–20, 2006. Disponível em: [https://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1851-95042006000100006&script=sci\\_arttext&tlang=es](https://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1851-95042006000100006&script=sci_arttext&tlang=es). Acesso em: 26 jun. 2025.
- TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos Sociais e confronto Político*. Tradução de Ana Maria Sallum. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TEIXEIRA, André; GLÁUCIA, Maristela. Senador Cid Gomes tenta entrar em batalhão da polícia com retroescavadeira e é baleado com tiro de bala de borracha. *G1*, Ceará, 19 fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/02/19/senador-cid-gomes-tenta-entrar-em-batalhao-da-policia-com-retroescavadeira-e-e-baleado-com-tiro-de-bala-de-borracha.ghtml>. Acesso em: abr. 2025.
- VAREJÃO, Victoria; FALCÃO, André. Presidente de sindicato é morto a tiros dentro de carro em Vila Velha. *G1*, Espírito Santo, 9 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2kWs0Xi>. Acesso em: abr. 2025.
- VERLI, Caíque. Três PMs são baleados em dois bairros de Cariacica, ES.

- G1, Espírito Santo, 8 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2kUVRzJ>. Acesso em: abr. 2025.
- VERLI, Caique; BOURGUIGNON, Natália. Com a PM fora das ruas no ES, saiba a função das Forças Armadas. G1, Espírito Santo, 9 fev. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2lvMNyN>. Acesso em: abr. 2025.
- VETTORAZZO, Lucas; PAMPLONA, Nicola. Comando da PM faz apelo contra ameaça de greve de policiais no Rio. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 7 fev. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/02/1856677-comando-da-pm-faz-apelo-contra-ameaca-de-greve-de-policias-no-rio.shtml>. Acesso em: abr. 2025.
- VÍDEOS de moradores mostraram violência em ruas do ES; veja imagens. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 6 fev. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/02/1856409-videos-de-moradores-mostram-violencia-em-ruas-do-es-veja-imagens.shtml>. Acesso em: abr. 2025.
- VIEIRA, Maria Clara. A rotina das mulheres líderes da greve da PM capixaba. *Veja*, São Paulo, 13 fev. 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/a-rotina-das-mulheres-lideres-da-greve-da-pm-capixaba/>. Acesso em: abr. 2025.
- WEVERTON. Base da Polícia Militar é incendiada em bairro de Vitória. *Folha Vitória*, Espírito Santo, 5 fev. 2017. Disponível em: <https://www.folhavitoria.com.br/policia/base-da-policia-militar-e-incendiada-em-bairro-de-vitoria/>. Acesso em: abr. 2025.
- WHITE, Jonathan R. Violence During the 1919 Boston Police Strike: An Analysis of the Crime Control Myth. *Criminal Justice Review*, v. 13, n. 2, p. 61–68, 1988. DOI: 10.1177/073401688801300208.

Recebido em 22 de abril de 2025.

Aprovado em 22 de abril de 2025.

**RESUMO:** este artigo analisa a greve da Polícia Militar do Espírito Santo, ocorrida em fevereiro de 2017, por meio de análise de conteúdo de notícias veiculadas em mídias digitais e entrevistas com moradores da Região Metropolitana de Vitória. A seleção das notícias priorizou veículos com cobertura contínua do caso, enquanto as entrevistas permitiram confrontar a narrativa midiática com percepções locais sobre o evento. O objetivo é reconstruir a dinâmica cronológica do evento a partir de um modelo temporal e multidimensional de análise das greves policiais, identificando táticas de disputa, atores envolvidos e efeitos sociais e políticos da paralisação. A greve é interpretada como um ponto de inflexão na governança da segurança pública, revelando a centralidade da Polícia Militar na manutenção da ordem social e da autoridade estatal. A discussão demonstra que o colapso do policiamento provocou crimes de oportunidade, desorganização urbana e pânico social, ao mesmo tempo em que evidencia a atuação limitada das Forças Armadas e a reconstrução lenta e conflituosa da ordem cotidiana. Destaca-se ainda o protagonismo das famílias dos policiais, sobretudo mulheres, cuja ocupação dos batalhões foi decisiva para a sustentação da greve.

**Palavras-chave:** Greve policial; Polícia Militar; Segurança pública; Movimentos sociais; Violência urbana.

**ABSTRACT:** this article analyzes the strike of the Military Police of Espírito Santo, which took place in February 2017, through content analysis of news reports published in digital media and interviews with residents of the Metropolitan Region of Vitória. The selection of news prioritized outlets with continuous coverage of the case, while the interviews allowed for a confrontation between the media narrative and local perceptions of the event. The aim is to reconstruct the chronological dynamics of the event based on a temporal and multidimensional model for analyzing police strikes, identifying the dispute tactics, involved actors, and the social and political effects of the stoppage. The strike is interpreted as a turning point in public security governance, revealing the centrality of the Military Police in maintaining social order and state authority. The discussion demonstrates that the collapse of policing led to opportunistic crimes, urban disorganization, and social panic, while also highlighting the limited role of the Armed Forces and the slow, contentious reconstruction of everyday order. It also emphasizes the prominent role of police families, especially women, whose occupation of police stations was crucial for sustaining the strike.

**Keywords:** Police strike; Military Police; Public security; Social movements; Urban violence.

**SUGESTÃO DE CITAÇÃO:** BACHETT, Herbert; CARUSO, Haydée. Greves policiais: um modelo de análise aplicado ao caso do Espírito Santo (2017). *Revista Direito, Estado e Sociedade*, Edição 66, jan./jun., 2025. DOI: <https://doi.org/10.17808/des.0.2160>.